

FORASTEIRAS¹ DE DENTRO

A ocupação da política institucional por mulheres negras

OUTSIDERS WITHIN

The occupation of institutional policies by black women

STEFFANE SANTOS²

Resumo: O presente artigo busca aplicar o conceito de forasteira de dentro da socióloga estadunidense Patricia Hill Collins ao âmbito da política institucional. Versa sobre a posicionalidade de mulheres negras, a partir do paradigma da interseccionalidade e discute os objetivos de quatro mulheres negras candidatas em 2020 às eleições municipais no Brasil, tal como aponta como têm trabalhado mulheres negras eleitas em 2018 de viés progressista.

Palavras-chave: mulheres negras; forasteira de dentro; espaço político-decisório.

Abstract: This paper seeks to apply the concept of outsider within, by US sociologist Patricia Hill Collins to the realm of institutional politics. It verses on the positionality of black women, from the paradigm of intersectionality and discusses the goals of four black women candidates in 2020 municipal elections in Brazil, as it points out how black women elected in 2018 of progressive bias have been working.

Keywords: black woman; outsider within; institutional policy.

Introdução

Enquanto mulheres negras dispostas socialmente, é indubitável que partimos de experiências localizadas que se divergem em alguma medida das experiências de mulheres brancas. Como tem sido endossado pelo abrangente trabalho de feministas negras historicamente (CARNEIRO, 2003; 2003; COLLINS, 2019; HOOKS, 2018; 2019).

Quando bell hooks (2019) argumenta que o feminismo como luta libertadora, deve existir como parte de uma luta maior para buscar superar todas as outras formas de opressão. Para hooks (2019) a dominação patriarcal compartilha base ideológica com outras formas de opressão, como

¹ Forasteira de dentro é a tradução livre de *Outsider Within*, termo original mobilizado por Patricia Hill Collins (2016). O termo designa o lugar fronteiro de mulheres negras em espaços de grupos dominantes. A presença nesses espaços delinea o olhar de nós mulheres negras sobre dinâmicas de poder e opressões interseccionais. Adquirindo um olhar sensível aos fenômenos sociais e cotidianos.

² Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: steffanespereira@gmail.com.

racismo. Endossa assim, que não é possível acabar com o sexismo, sem enfrentar outros sistemas de opressão.

Nessa diretriz, Patricia Hill Collins (2017) alega que o documento *Black Feminist Statement*, proposto pelo *Combahee-River-Collective*, argumentava que uma perspectiva que considerasse somente raça e outra que priorizasse somente gênero, avançariam somente em análises parciais e incompletas da injustiça social. Para o coletivo, raça, gênero, classe social e sexualidade, moldavam a experiência de nós, mulheres negras. Colocando em xeque a ideia de hierarquias de opressão (LORDE, 2019). O feminismo negro emerge assumindo caráter de resistência, enquanto uma práxis políticas de procura por justiça social e erradicação das opressões que se interseccionam, para além de uma vertente feminista, o feminismo negro é um projeto de justiça social, que versa sobre a sobrevivência de nós, mulheres negras (COLLINS, 2019).

Indubitavelmente, mulheres negras se encontram em números pouco expressivos dentro do ambiente acadêmico, como também no cerne dos espaços políticos decisórios, como em diversos outros espaços que incorporam dinâmicas de poder e representam hegemonias.

Isto posto, o presente trabalho objetiva aplicar a perspectiva de forasteiras de dentro proposto por Patricia Hill Collins (2016), à quatro mulheres negras candidatas às eleições municipais em 2020. Essas mulheres foram candidatas por Belo Horizonte e Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) - MG e Salvador - BA. As candidatas são: (1) Iza Lourença (PSOL-MG); (2) Vanderleia Assis (PSOL-MG); (3) Sâmara Azevedo (PSB-BA) e Lindinalva de Paula (PT-BA). A aplicação da perspectiva de forasteiras de dentro se justifica pelos objetivos dessas candidaturas ao se disporem a pleitear cargos eletivos dentro do campo municipal. A metodologia utilizada foram entrevistas semi-estruturadas com cada uma das candidatas. Esse trabalho é marcado também pela minha presença enquanto pesquisadora. Em muitos momentos “nós” é utilizado para se referir ao segmento de mulheres negras, segmento este que componho.

Assim, o artigo se divide em seis seções. A saber: (1) discuto o conceito de *outsider within*; (2) aponto para a discussão sobre quem pode ter sua voz ouvida; (3) delimito a discussão sobre a sub-representação de mulheres negras na política institucional; (4) discuto a posição e entrevistas das 4 candidatas entrevistadas; (5) abordo o trabalho de mulheres negras eleitas e por fim (6) delinheiro a perspectiva de demarcá-las como forasteiras de dentro.

1. *Outsider Within*

Patricia Hill Collins (2016) propõem o conceito de *outsider within*, o termo foi traduzido para o português como forasteira de dentro ou estrangeira de dentro. Com isso, Collins (2016) está afirmando que mulheres negras se encontram como *outsiders* dentro de determinadas configurações. É um lugar de não pertencimento dentro de determinada organização.

Collins (2016) mobiliza tal conceito para pensar a posicionalidade de mulheres negras, mulheres negras norte-americanas, contexto que está posicionado a socióloga, dentro do ambiente acadêmico, em especial, dentro da sociologia. A autora denomina nós mulheres negras, como forasteiras de dentro desses espaços por conseguir cooptar dinâmicas nesses espaços, que por vezes, não são percebidos de indivíduos que emergem de grupos dominantes. Collins (2016) corrobora que onde sociólogos “tradicionais” enxergam a sociologia como normal, nós conseguimos visualizar anomalias. Anomalias essas que dizem respeito às abordagens de pesquisa como generalizações e o ideário de questões-chaves à sociologia.

Nós, mulheres negras, escolhendo ingressar em espaços dominantes e marcar nossas demandas em um projeto de representação efetiva, assume também um caráter de resistência e pressão à dinâmica pela qual operam espaços que não compreendem corpos que emergem das margens.

2. Mulheres negras: Interseccionalidade e *locus*

Para melhor compreender a posicionalidade de mulheres negras na matriz de dominação³ (COLLINS, 2019), mobilizo as contribuições de Kimberlè Crenshaw (2002; 2004) sobre interseccionalidade. O paradigma da interseccionalidade, pode ser apreendido como uma lente que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas entre dois ou mais eixos de opressão. Se apresenta enquanto uma encruzilhada, atribuindo que marcadores sociais se imbricam e intersectam. Mulheres negras, por sua vez, são marcadas ao menos por raça e gênero, podendo ser marcadas por classe, sexualidade entre outros, principalmente nas sociedades latino-americanas (COLLINS, 2019).

³ Matriz de dominação é apontado por Patricia Hill Collins (2019) como: “organização geral das relações hierárquicas de poder em dada sociedade. Qualquer matriz específica de dominação tem: (1) um arranjo particular de sistemas interseccionais de opressão, por exemplo, raça, gênero, sexualidade, situação migratória, etnia e idade; e (2) uma organização particular de seus domínios de poder, por exemplo, estrutural, disciplinar, hegemônico e interpessoal.” (COLLINS, 2019, p. 460) É onde as opressões interseccionais para Collins, se originam, se desenvolvem e estão inseridas e foram concretizadas no caso estadunidense pela escola, moradia, emprego, políticas governamentais e outras instituições sociais que regulam padrões de opressão interseccional com as quais mulheres negras se deparam.

Assim, mulheres negras sofrem opressões interseccionais, que as permeiam e moldam sua corporeidade frente às dinâmicas sociais. Lélia Gonzalez (1981) ao colocar a mulher negra como setor mais inferiorizado da sociedade brasileira, afirma isso, atribuindo que sofremos opressão racial e de gênero. Esse *locus* que ocupamos esculpe nosso olhar e nossa experiência. Lélia Gonzalez já anunciava o que viria a ser chamado de interseccionalidade no final da década de 1980. O lugar do qual ecoa nossas vozes é marcado por opressões interseccionais (COLLINS, 2019).

Acredito na importância de salientar que não somente as opressões moldam nossas experiências, nossas vivências e trocas, sobretudo em comunidade, são marcadas também pela cultura e afinidades que permeiam nossos corpos. Tratar nossas experiências como mulheres negras a partir da dor, como fez Vilma Piedade (2017) ao cunhar *dodoridade*, nos apresentando um conceito fantástico para entender do que somos marcadas.

Não obstante, é necessário não nos essencializar a isso e rememorar as muitas coisas que tornam nossas experiências ímpares através da nossa formação na vida cotidiana. Nossos afetos e trocas são cruciais nessa formação. A dor é somente um ponto de diversos outros que nos moldam. Ressalto que não estou afirmando que a dor e as opressões são irrelevantes, muito pelo contrário, estou alertando sobre a necessidade de fugir de essencialização e rotulações de atributos que são dinâmicos e que não podem ser facilmente definidos.

Nós, mulheres negras, ao ocupar espaços, sejam esses acadêmicos ou o espaço político-decisório, que será tratado no presente, levamos nossas perspectivas. A ocupação dos espaços por nossos corpos é sempre política quando feita em caráter afirmativo.

3. Quem pode falar?

Quem está passível de ter sua voz ouvida e legitimada dentro de um espaço predominantemente branco masculino cis-heterossexual? Quando Grada Kilomba (2019) apresenta que o ato de falar é uma relação dialética que compreende que só é possível falar se sua voz puder ser ouvida, está nos falando sobre o não lugar que ocupamos, o lugar de não pertencer. Acrescenta sobre como nós temos falado continuamente e nossas vozes têm sido cooptadas de maneiras diversas enquanto seres que não pertencem.

Bell hooks (2019) contribui que nossa presença em espaços hegemônicos se apresenta como uma interferência. Anuncia que somos situadas como o Outro e engendra processos constantes de silenciamento e enfraquecimento de nossa própria voz. Essa perspectiva característica de inferiorização, pela qual Kilomba (2019) aponta como Outrordade, pelo qual aquele que pertence tem sua pertença construída.

Em análise o Brasil, os movimentos negro e feminista negro têm se organizado em seu caráter de resistência há muito anos. Nós temos estado de maneira contínua levando nossas demandas, denunciando o racismo e o sexismo da sociedade brasileira. O Brasil possui um histórico de organização ímpar, como também possui um dos movimentos feministas negros mais respeitados do mundo e reconhecido internacionalmente (CARNEIRO, 2003).

Os movimentos sociais na sociedade civil organizada têm papel fundamental para a articulação de *inputs* no aparato estatal. A representação institucional formal a partir de cargos eletivos de mulheres negras se apresenta como fundamentalmente relevante, não obstante mulheres negras organizadas em sociedade civil seguem tendo um espaço de excepcional na garantia de direitos. Os movimentos negro e feminista negro garantiram a política deliberativa (HABERMAS, 1995) ao redor de nossas pautas. A luta desses mesmos movimentos conquistou direitos para esses grupos a partir da criação de conselhos, secretarias e políticas públicas situadas.

O espaço de decisão, se concebe como um ambiente de poder calcado em diretrizes hegemônicas. A entrada de mulheres negras nesses espaços ampliaria o debate e a sofisticação do espaço institucional, passando a se constituir como um ambiente factualmente plural. É desnecessário discutir que a necessidade de não consolidar somente a presença de homens brancos na tomada de decisão é urgente. A presença de mulheres negras nesses espaços consolida a estruturas dos *outputs* originários do Estado, construindo uma presença multisituada de reivindicação e representação, tanto junto aos movimentos sociais, quanto dentro do espaço de regência, seja ele de âmbito municipal, estadual ou federal.

4. Mulheres negras e sub-representação política

Os espaços político decisórios são espaços de hegemonia, ocupados massivamente por homens brancos cis-heterossexuais. Esse espaço apresenta dinâmicas conservadoras que perpetuam o racismo e o sexismo. Esse espaço é sub-representado por outros segmentos. Mulheres

negras são indubitavelmente sub-representadas nesses espaços, espaço esse que também sub-representa mulheres brancas e homens negros.⁴

Na presente comunicação, nos dedicaremos a discutir a problemática em interface à posição das mulheres negras. A não representação factual de mulheres negras nesses espaços se dá por motivos estruturais interligados ao racismo, sexismo e classe, principalmente. As desigualdades estruturais que atingem mulheres negras na sociedade brasileira, as colocam com altos índices de vulnerabilidade social.

O Atlas da Violência (2020) evidencia que, entre 2008 e 2018, a taxa de homicídios entre mulheres não negras caiu 11,7% enquanto a taxa entre mulheres negras aumentou 12,4% no Brasil. Ainda com dados do Atlas da Violência, mulheres negras representavam 68% do total das mulheres assassinadas no Brasil em 2018, apresentando assim taxa de mortalidade por 100 mil habitantes de 5,2, quase o dobro comparada a das mulheres não negras.

A urgência de ocupação desses espaços por mulheres negras para fazer ouvir suas demandas e perspectivas (YOUNG, 2000). Ainda que consoante a Hanna Pitkin (2006), quando um representante é eleito representa não somente seu grupo, mas todo o grupo de eleitores, é inegável que a não-presença dessas mulheres se apresenta como um problema.

Teresa Sacchet (2012) mobiliza quatro argumentos principais favoráveis ao aumento da presença de mulheres negras em cargos em esferas legislativas sendo eles: (1) pelo caráter simbólico; (2) por uma justiça, pensando sobre a monopolização de homens quanto às decisões políticas; (3) pela diferença, apontando que mulheres podem contribuir para mudar a política; e por fim (4) argumento pela importância da experiência de vida, visto que mulheres em geral, dispõem de experiências distintas de homens tornando o processo político mais representativo dos interesses e das perspectivas de setores sociais mais amplos. Todos esses argumentos, são aplicáveis também ao segmento de mulheres negras.

Para mapear o campo da experiência como fundante para a política institucional, Joan Scott (1998), quando discute sobre a invisibilidade da experiência, pensando sobre o papel de historiadores, aponta sobre o conhecimento adquirido através da visão, o olhar como origem do saber. O que conta como experiência é sempre político. Mulheres negras ocupando os espaços político-decisórios com seu privilégio epistêmico do olhar, concretiza o conhecimento adquirido através da vivência marcada por categorias.

⁴ A bibliografia que discute a sub-representação de mulheres negras ainda é embrionária, apresentando poucas referências e muitas delas somente sobre mulheres, de uma maneira geral ou somente sobre negros. Não considerando sobre mulheres negras.

5. Mulheres negras candidatas às eleições municipais em 2020: Quais os objetivos?

Quais são os objetivos e dificuldades para a candidatura de mulheres negras? Para responder a essas perguntas, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, realizadas de maneira remota. Foram entrevistadas quatro mulheres negras, sendo duas candidatas em Belo Horizonte e Região Metropolitana (RMBH) em Minas Gerais e outras duas, candidatas da cidade de Salvador na Bahia. As entrevistas realizadas de maneira retomada, permitiu abranger esse trabalho a outro estado. Foram entrevistadas quatro mulheres negras cis, sendo duas candidatas mineiras e outras duas baianas.

As entrevistas foram realizadas em uma relação e interação diáde entre eu e cada uma das candidatas (FRASER & GONDIM, 2004). A fim de priorizar o caráter da intersubjetividade, a entrevista me pareceu mais adequada para se responder às perguntas propostas. Vale salientar também, que me situo em uma posição enquanto uma pesquisadora mulher negra cis, o que consolidou uma relação mais próxima com as informantes, tornando assim nossa interação e troca agradável, para além de um projeto isolado de pesquisa. Cabe dizer também que meus interesses de pesquisas são moldados também pela minha experiência enquanto mulher negra e feminista.

É importante apontar, que todas as candidatas entrevistadas são mulheres negras cis, não foi possível nesse momento contatar ou mapear nenhuma mulher negras trans candidata nessas duas localidades, o que se apresenta enquanto um ponto crucial para consolidar visões que permeiam opressões interseccionais (COLLINS, 2019). As candidatas são integralmente ligadas à partidos mais à esquerda do espectro político. Em paralelo, tenho feito um mapeamento de candidaturas por todo Brasil através das redes e podemos observar que há poucas candidatas mulheres negras em partidos que se localizam mais ao centro ou direita do espectro político.

Todas as entrevistadas estão próximas de movimentos sociais organizados em seus respectivos estados, seja do movimento negro, feminista negro, educação ou estudantil. As entrevistas foram realizadas pela plataforma *Zoom*, em modalidade gratuita, escolhida por parecer o mais acessível para a realização. Termos de Consentimento foram firmados para realização destas. As entrevistas foram realizadas em setembro de 2020. Abaixo tabela com relação de seus nomes e partidos:

Candidatas entrevistadas	
Nome	Partido
Iza Lourença	PSOL-MG
Vanderleia Assis	PSOL-MG
Sâmara Azevedo	PSB-BA
Lindinalva de Paula	PT-BA
Elaborado pela autora, 2021.	

Nos dedicamos agora a maiores informações sobre as candidatas e análise das entrevistas. Algumas questões se apresentam enquanto comuns no que diz respeito aos objetivos e também às dificuldades entre essas quatro candidaturas. A questão do financiamento de campanha, é um ponto que se converge entre todas essas candidaturas. Pesquisas anteriores como Meneguello et al. (2012), que apresentava dados pensamento sobre as categorias raça e gênero se maneira separada, pensando sobre poucas mulheres e negros na política, já apontavam para, como a própria organização interna dos partidos se apresentava enquanto fundante dessa distribuição de recurso de maneira equiparadas, e por muito, relacionada ao sexismo, alguns partidos, buscavam priorizar candidaturas de homens de uma maneira geral para as disputas eleitorais.

Iza Lourença (PSOL-MG)⁵ candidata à vereança em Belo Horizonte, jornalista e militante do movimento estudantil Afronte (MG) e mãe. Tem ligação direta aos cursinhos populares, onde fundou um na região do Barreiro em Belo Horizonte. Objetiva também debater a mobilidade em Belo Horizonte, uma vez que o transporte tem preço alto e baixa qualidade. Se propõem também a pautar as demandas do povo, nesse espaço. Incide sobre a necessidade de vereadores e vereadoras fiscalizarem a prefeitura. Pensando sobre as pautas e demandas do povo.

“Campanha movimento, que atua para aglutinar forças, reunir pessoas, que é para construir pontes, propostas coletivas, usar nossas candidaturas para colocar pessoas que a gente conhece em contato para a gente continuar fazendo movimento social. [...] Meu objetivo no mandato é mobilização permanente da sociedade. Devolver esperança para quem está desesperançado, para quem não acredita mais nada. É falar assim: Vamo junto! Vamo fazer! Vamo lutar! Se eles não fizerem nada para a gente, nem que a gente faça uma audiência pública para que eles tenham que nos ouvir o que a gente quer fazer. Porque isso influencia a sociedade, e a sociedade não pode mais ser influenciada pela pauta de quem tem dinheiro, gente. Porque é isso, quem pauta a sociedade? A gente tem os veículos tradicionais de mídia, pautando o tempo todo: É reforma da previdência, reforma administrativa. Tudo para tirar nossos direitos é eles que pautam. E a gente fica

⁵ Vereadora eleita em Belo Horizonte/MG com 7.771 votos.

só reagindo, e a gente tem que ficar explicando: Olha amiga, reforma da previdência é ruim, a reforma da previdência não é boa. A gente precisa pautar a sociedade, a gente precisa pautar: Nós queremos absorventes distribuídos pelo SUS, essa é nossa pauta e vocês vão ter que falar sobre elas. A gente pode usar o mandato também para poder pautar, para poder influenciar pessoas. Enfim, para tentar virar o jogo na consciência.” - Iza Lourença (PSOL-MG).

É possível observar que Iza Lorença (PSOL-MG), aponta para a necessidade de uma mobilização da sociedade, modificando o cenário apolítico que circunda a sociedade civil e assim promover nossas pautas enquanto população subalternizada, para que isso seja discutido na política institucional. Quando afirma sobre levarmos nossas pautas e fazer com que a atenção ao redor delas, está nos propondo uma retomada ativa como propositoras de demanda, e não somente reativa como tem sido feito.

Vanderleia Assis (PSOL-MG) candidata à vereança em Contagem, educadora, militante do SIND-UTE e mãe, apresenta objetivos de melhoria e debate sobre questões relacionadas às creches na cidade de Contagem, que apresentam defasagem sobretudo pelo horário de funcionamento como também relacionadas a questões ambientais na cidade, a mobilidade, que se apresenta enquanto uma questão delicada para toda a RMBH e que carece de ação.

O racismo estrutural é uma questão que se apresenta como um desafio para Vanderleia Assis, tal qual a questão de gênero e que, para ela, está diretamente ligada à questão financeira, sobretudo pelo partido que ela está vinculada. Os recursos para a campanha são geralmente coletados coletivamente através de doações. A vida privada e as jornadas extensas de trabalho são também apontados por ela enquanto mais um fator de dificuldade.

“O racismo estrutural, as pessoas olham para a gente como se não tivéssemos competência. Já não tem competência por ser mulher, menos ainda por ser mulher negra. Se eleita, ao entrar na Câmara, o que vai estar entrando não é Vanderleia, o que vai estar entrando todo um projeto né, é uma negritude que está entrando, é uma mulher que está entrando, é uma educadora, que faz disputa política na cidade pela qualidade social da educação. Então são esses corpos que eu represento, ao entrar na política, que ao entrar na Câmara, eles causam uma bagunça. [...] Ao entrar na Câmara a gente representa isso tudo.” - Vanderleia Assis (PSOL-MG).

Vanderleia Assis (PSOL-MG) aponta questão muito pertinente sobre nossos corpos enquanto corpos políticos ocupando a política institucional e a nossa presença como representação de nós, pessoas negras, enquanto coletivo.

Sâmara Azevedo (PSB-BA) é também educadora, militante feminista negra e antigordofobia. Tem em seus objetivos principalmente a diminuição das desigualdades pela educação. Denuncia a falta de mulheres negras na Câmara Municipal de Salvador, a cidade com maior população negra no país. Apresenta também que um dos empecilhos para sua campanha é

o financiamento e assinala que a campanha tem sido possível através de mobilizações coletivas voluntárias.

“Eu tenho certeza que se chegar algum homem, hetéro, branco e rico para falar sobre algum tema, ele é muito mais bem recebido do que nós. Eu ousou falar isso. [...] Mas por que você resolveu ser uma candidata? Porque eu sou uma mulher preta e tenho que estar lá. Não é só um homem branco que tem que estar lá. Eu tenho um argumento para isso se você quiser. Então, é nessa pegada. Ai, por que você quer estar? Porque tem um bocado de coisa errada que a gente precisa corrigir. E só as mulheres pretas sabem que está errado, porque quem fica acordada até não sei que horas esperando nossos filhos chegarem somos nós. Não são vocês. E por que a gente tem que ficar acordada até de madrugada esperando nossos filhos chegarem? Vocês sabem por quê? Vocês não sabem, porque o filho de vocês andam de carro, helicóptero, tem segurança particular. Vocês não usam hospital público, vocês não frequentam escola pública. E a gente sabe.” - Sâmará Azevedo (PSB-BA).

É possível observar, que para Sâmará Azevedo (PSB-BA) a questão das perspectivas que nós mulheres negras, enunciamos a partir de nossas vivências consolidam esse *locus* de percepção do mundo a partir de nossas opressões interseccionais, a partir de nossas experiências (COLLINS, 2019).

Lindinalva de Paula (PT-BA) educadora, integrante da Rede de Mulheres Negras da Bahia, ex-militante do grandioso Movimento Negro Unificado (MNU). Uma das questões apontadas pela candidata é, também a falta de financiamento de campanha.

“Não é minha candidatura. Não é um sonho individual meu, enquanto mulher, enquanto realização. Eu acho que tem uma diferença. A gente sonha muito com coisas que nós queremos para melhorar a qualidade de vida nossa, enquanto pessoa e das pessoas que estão em nosso entorno. Então a gente pensa em formar, ter um bom emprego, uma casa, um bom apartamento, ter filhos, isso são sonhos. Estar na política e disputando hoje um cargo a vereança de Salvador, cidade onde eu nasci, não é um sonho meu. É um projeto coletivo que vem acontecendo aqui, pelo o menos desde a década de 90, quando a gente tem relato das primeiras candidaturas de mulheres negras oriundas de movimento. Uma coisa é você ser candidata e não estar integrada em um projeto coletivo. Uma das primeiras candidaturas que se tem aqui, é na década de 80 de Luiza Bairros. [...] Acompanhando candidaturas desde a década de 80, as dificuldades são as mesmas. Primeiro, a invisibilidade e não potencialidade dos partidos. Os partidos não apostam, eles não impulsionam, as candidaturas de homens e mulheres negras, principalmente oriundas de movimento antirracista. [...] A maioria dos partidos mesmo partidos de esquerda, mesmo com discurso de ser democrático, progressista, a maioria desses partidos eles são gestados pelos brancos, você tem uma hegemonia da branquitude na esquerda, que não compreende que o racismo é estrutural e estruturante, ele é determinante, de um tripé, que perpassa a questão de classe e de gênero. A branquitude monopoliza a esquerda, domina mesmo a esquerda, só vemos o parlamento.” - Lindinalva de Paula (PT-BA)

Lindinalva de Paula (PT-BA) evidencia problemas que são difundidos pelos próprios partidos desde a década de 1980, no que diz respeito a nossa participação e pleiteio de cargos públicos. Como formada nos movimentos organizados, se apresenta firmada politicamente com um compromisso coletivo e arraigada às diretrizes de estar em movimento enquanto uma mulher negra.

A priorização de demandas amplas como saúde e educação se demonstram ainda mais necessárias em âmbito municipal. Sobretudo, por estarem ligadas às unidades de saúde básica e o acesso a creches e unidades de ensino de base. Quando mulheres negras que se desafiam a ingressar no ambiente de tomada de decisão priorizam esses pilares, estão contribuindo para a fomentação de direitos básicos como um todo. Um ponto de convergência também entre as candidatas é que estas se apresentam enquanto ativistas negras.

O relatório “Mulheres Negras Decidem - Para Onde Vamos” (2020) realizado pelo Instituto Marielle Franco e Movimento Mulheres Negras Decidem, conjuntamente com outras pesquisadoras, que ativistas negras rejeitam um modelo de Estado que apenas prioriza remediar problemas ou um modelo de sociedade que abra mão de valorizar aquilo que é essencial para a vida. O relatório traz pesquisa de 245 formulários de mulheres negras ativistas em todo o território. Acentua:

Em um momento de agitação e angústias sem precedentes, as ativistas negras são a chave para recuperar a ética na política. Podem ser as agentes de um verdadeiro processo de renovação e reconstrução da sociedade brasileira. São capazes de vincular o Brasil aos debates mais avançados sobre priorizar os gastos sociais essenciais - saúde e educação - não importando o custo. Conseguem conectar os setores urbanos com o debate da proteção das florestas a partir da proteção dos povos tradicionais e seus territórios. Podem redefinir o debate da reprodução da vida ao liderarem as discussões sobre o futuro do trabalho e de uma renda universal (MND, 2020, p. 37).

Pode-se observar as vivências dessas mulheres como fundantes para seus objetivos políticos. É possível notar a presença e comprometimento destas com o combate ao racismo e sexismo. Aponto também um fator importante, as mulheres negras aqui em análise são mulheres situadas próximas ao campo feminista, que têm como eixo pautas progressistas.

6. Como trabalham as mulheres negras que adentraram esses espaços?

O assassinato brutal de Marielle Franco (PSOL-RJ) em 2018, ainda sem respostas três anos depois, torna-se um símbolo da continuidade da luta de resistência de outras mulheres negras. Muitas mulheres negras nesse mesmo ano ingressaram na política institucional.

Mulheres negras como Áurea Carolina (PSOL-MG), Andreia de Jesus (PSOL-MG), Leninha Alves (PT-MG), Érica Malunguinho (PSOL-SP), Taliria Petrone (PSOL-RJ), Mônica

Francisco (PSOL-RJ), Dani Monteiro (PSOL-RJ) e Renata Souza (PSOL-RJ) foram eleitas em 2018.

E tem trabalhado na proposição de projetos de lei e audiências públicas que debatam: a sub-representação de mulheres nos espaços de decisão; os direitos territoriais dos povos e comunidades tradicionais; mecanismos para redução da violência letal contra crianças, adolescentes e jovens; a condição de mulheres de uma maneira geral; em defesa dos direitos de atingidos por barragens⁶, entre outros.

Essas mulheres são ativistas e educadoras, que desafiam o cerne dos espaços políticos de decisão, levando suas pautas progressistas envoltas ao feminismo, negritude, periferias, contra o genocídio da população negra e em resistência a militarização. Suas pautas levantadas desafiam a câmara dos deputados e as assembleias legislativas, formada majoritariamente por homens cis brancos de partidos conservadores ou situados mais a direita do espectro políticos como: PSL, PL, PP, PSD, MDB, PSDB, REPUBLICANOS, DEM, SOLIDARIEDADE, PROS, PTB, PODE, PSC, AVANTE, PATRIOTA.

7. Mulheres negras como forasteiras de dentro nos espaços de decisão: Ocupando e resistindo

Me proponho aqui, a trazer essa conceitualização de *outsider within* para o campo da política institucional. Pensando na posicionalidade de mulheres negras nos espaços de tomada de decisão, como forasteiras de dentro. Lélia Gonzalez (1981) ao explorar que nós mulheres negras são presença majoritária e lideranças dos movimentos organizados, afirma também que enxergamos a sociedade para além de sua estratégia de exploração de classe, mas como uma organização racista e sexista. Gonzalez (1985) insere também no cerne do debate nossas experiências particulares enquanto segmento de mulheres negras.

O nosso campo de visão como mulheres negras é ampliado mediante as nossas experiências e vivências. Sendo muitas delas de caráter coletivo, no que diz respeito a estarmos marcadas ao menos por raça e gênero. Nossas experiências moldadas ao longo de nossa trajetória convergem por muito no que diz respeito ao racismo e sexismo. Como também se aproximam nos

⁶ Em 2015, houve o desastre de Mariana (MG) que devastou as comunidades de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo. Em 2019, o rompimento da barragem de Brumadinho (MG), sendo marcado como o maior acidente de trabalho no Brasil deixou 259 mortos e 11 desaparecidos

nossos processos estéticos, de auto conhecimento, sobre afetividades e subjetivações, e a solidariedade⁷ que criamos entre nós.

Acredito que vale reiterar que o ambiente decisório sucumbe, ratifica e reproduz padrões nocivos, além de potencialmente suscitar a não autonomia social. Defendo primordialmente a autonomia dos movimentos e da sociedade organizada, apresentando caráter de resistência ímpar, como supracitado.

Como forasteiras de dentro, essas mulheres negras se colocam como forasteiras até mesmo dentro de seus próprios vínculos partidários, como é o caso de Lindinalva de Paula. Os partidos políticos muitas vezes priorizam as candidaturas masculinas e não dedicando fundo partidário suficiente a campanha.

Ainda assim, mulheres negras como Iza Lourença, Vanderleia de Assis, Lindinalva de Paula e Sâmara Azevedo que se propuseram a reivindicar sua presença nesses espaços, marca um caráter singular de resistência. Entre avanços do fundamentalismo religioso e de agendas neoliberais conservadoras, mostra-se prioritário. Momentos sombrios de ameaças diversas e que suscintam no genocídio da população negra, genocídio esse que se materializa de diversas formas, mas primordialmente em sua forma literal de ceifar vida de pessoas negras, de crianças negras é um sistema que beira a falência de seu fracasso e reafirma os gargalos de instituições democráticas. Judith Butler (2018) designa a concepção de precariedade, que traz como definição:

A “precariedade” designa a situação politicamente induzida na qual determinadas populações sofrem as consequências da deterioração das redes de apoio sociais e econômicas mais do que outras, e ficam diferencialmente expostas ao dano, à violência e à morte. Como mencionei antes, a precariedade é, portanto, a distribuição diferencial da condição precária. Populações diferencialmente expostas sofrem um risco mais alto de doenças, pobreza, fome, remoção e vulnerabilidade à violência sem proteção ou reparações adequadas. A precariedade também caracteriza a condição politicamente induzida de vulnerabilidade e exposição maximizadas de populações expostas à violência arbitrária do Estado, à violência urbana ou doméstica, ou a outras formas de violência não representadas pelo Estado, mas contra as quais os instrumentos judiciais do Estado não proporcionam proteção e reparação suficientes (BUTLER, 2018, np.).

A população negra de uma maneira geral e o segmento de mulheres negras em particular, se encontra em situação que se assemelha a precariedade proposta por Butler (2018). Em processos continuados de disposição às violências raciais, de gênero e classe, entre outras, e também à exposição de violência perpetuada pelo próprio Estado.

⁷ Sororidade poderia ser uma palavra adequada, não obstante, o conceito tem sido esvaziado de diversas formas na contemporaneidade e priorizei também pensar em algo que pudesse ligar mulheres negras em particular. Grada Kilomba (2019) insere sobre como o termo sororidade em sua aplicação não leva em conta processos intensos de racismo e colonialismo.

Ao adentrarmos esses espaços, conseguimos e conseguiremos apontar anomalias e discontinuidades em ações indevidas propagadas pelos grupos dominantes que seguem preeminentemente em permanência nesses espaços. Nos contrapor de maneira direta a ações discriminatórias pode ser uma de muitas outras vias para enfrentamento às políticas conservadoras e nos reafirma enquanto forasteiras dentro desses espaços.

Nós somos arraigadas a nossas experiências, estamos em movimento e movimentando estruturas. Enquanto forasteiras de dentro em espaços hegemônicos, isto é, carregados do ideal da branquidão (NOGUEIRA, 1998), criamos formas de agenciar a nossa existência. Nosso lugar de privilégio epistêmico nos torna *outsiders*. Aqui se insere, a teoria dos pontos de vista⁸ que faz com que carregamos conosco nossa experiência.

Destarte, Rosane Borges (2014) insere que as experiências e os exemplos de nossas formas de resistência enquanto mulheres negras são diversos e ratificam o equívoco de nos atribuírem a um lugar de marginalidade. Enquanto seres às margens reivindicamos vida plena, saúde, educação, arte, lazer, e moradia em lutas infatigáveis.

Conclusão

A comunicação objetivou aplicar e deslocar a perspectiva de *outsider within*, de Collins (2016), do contexto acadêmico à esfera política formal, às mulheres negras que concorreram às eleições municipais, pleiteando cargos eletivos em seus municípios, no ano de 2020, como também versou sobre mulheres negras que já ocupam cargos políticos eletivos. Considerou a sub-representação desses espaços, como também colocou a experiência como eixo central para pensar a localidade de nós, mulheres negras e logo seus objetivos enquanto candidatas.

Analizou entrevistas de quatro candidatas às eleições municipais e apontou seus objetivos, como forma de torná-las forasteiras de dentro no âmbito da política institucional. O trabalho apresentou questões com potencial de se desdobrar a outras discussões, não tratadas aqui.

As proposições de mulheres negras na ocupação da política institucional as coloca como forasteiras internas, mediante a deturpação da lógica com que esses espaços operacionalizam, a partir da maneira de como essas mulheres negras atuam politicamente. Os espaços político decisórios seguem sub-representados de mulheres de uma maneira geral e de pessoas negras em geral também.

⁸ Teoria dos pontos de vista tem sido endossada por feministas negras estadunidenses a partir da percepção do *feminist standpoint*.

Pensar iniciativas que impulsionam a presença de segmentos sub-representados nesses espaços é necessário. A presença única de grupos dominantes torna a dinâmica do espaço de decisão insustentável, de caráter enviesado, pouco representativo e com o topo da pirâmide social tomando decisões por todos segmentos. A continuidade do aparato governamental carece de pluralidade e diversidade. A sua não representatividade corrobora somente com sua propagação discriminatória racista e sexista. Enquanto uma institucional impenetrável, é preciso tomar para nós a posição de decidir.

Iniciativas como As Muitas e Ocupa a Política têm se mostrado vias interessantes para pensar sobre novas formas de ocupação. Mandatos coletivos, comunitários ou compartilhados têm se dedicado a construir formas outras de se estar na tomada de decisão. A presença de mulheres negras nesses espaços tensiona e inverte o prisma da hegemonia desses locais. Seguiremos ocupando espaços e construindo uma política institucional efetiva que considere nossas vozes de dentro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORGES, Rosane. Marcha das Mulheres Negras: contra o racismo e pelo Bem Viver!. *Portal Geledés*. 2014. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/marcha-das-mulheres-negras-contr-o-racismo-e-pelo-bem-viver>>. Acesso em 04 mar. 2021.

BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *Racismos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Takano Editora, v. 49, p. 49-58, 2003.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. *Estudos Avançados*, v.17, n.49 São Paulo, Sept./Dec. 2003.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, p. 99-127, 2016.

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Boitempo Editorial, 2019.

COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. *Parágrafo*. Jan/Jun. 2017. v 5, n 1.

hooks, bell. A margem como um espaço de abertura radical. *Anseios: Raça, gênero e políticas culturais*. ed. Elefante. São Paulo: 2019.

hooks, bell. Erguer a voz. *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra*. São Paulo: Elefante, 2019.

hooks, bell. Feminismo como uma política transformadora. *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra*. São Paulo: Elefante, 2019.

hooks, bell. Luta de classes feminista. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. 1ª edição. Ed. rosa dos tempos. Rio de Janeiro, 2018.

GONZALEZ, Lélia. Mulher negra, essa quilombola (1981) In: *Primavera para as Rosas Negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa*. Coletânea Organizada e editada pela União dos Coletivos Pan-Africanistas (UCPA). Diáspora Africana, 2018.

GONZALEZ, Lélia. Debate: A cidadania e a questão étnica. (1985) In: *Primavera para as Rosas Negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa*. Coletânea Organizada e editada pela União dos Coletivos Pan-Africanistas (UCPA). Diáspora Africana, 2018.

HABERMAS, Jürgen. Três modelos normativos de democracia. *Lua nova: revista de cultura e política*, n. 36, p. 39-53, 1995.

IPEA. *Atlas da Violência*. Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Fórum Brasileiro de Segurança Pública, v. 11, 2020.

KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação: Episódios de Racismo Cotidiano*, Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LORDE, Audre. Não existe hierarquia de opressão. *Sou sua irmã: Escritos reunidos e inéditos*. Autêntica Editora, 2020.

MENEGUELLO, Rachel et al. *Mulheres e negros na política: estudo exploratório sobre o desempenho eleitoral em quatro estados brasileiros*, 2012. Disponível em: <http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/5119/2012_meneguello_mulheres_negros_politica.pdf?sequence=1>. Acesso em 21 de janeiro de 2020.

NOGUEIRA, Isildinha Baptista. *Significações do corpo negro*. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

PITKIN, Hanna Fenichel. Representação: palavras, instituições e ideias. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 67, p. 15-47, 2006.

SACCHET, Teresa. Representação política, representação de grupos e política de cotas: perspectivas e contendas feministas. *Rev. Estud. Fem.* [online]. 2012, vol.20, n.2, pp.399-431. ISSN 0104-026X. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2012000200004>.

SCOTT, Joan. A invisibilidade da experiência. *Projeto História*, n. 16, fev. 1998.